**A INFLUÊNCIA DOS JOGOS E DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM ESCOLAR**

Rafael de Souza Arantes

**RESUMO**

Este trabalho traz importantes reflexões sobre a influência dos jogos e do lúdico no processo de aprendizagem escolar. A pesquisa procurou verificar por meio da leitura de obras e artigos como a atividade lúdica no processo de ensino pode contribuir na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Essa investigação traz inúmeros conceitos e colocações de vários autores reconhecidos, que defendem a ludicidade na prática pedagógica como fator importante e essencial para que o educando encontre espaço para criar, experimentar, se aventurar e construir de acordo com sua faixa etária e suas necessidades. O artigo irá explorar a proposta piagetiana de desenvolvimento da criança em seus estágios, descreve possíveis implicações da atividade lúdica no processo de aprendizagem, além de expor a influência do jogo no desenvolvimento e na formação do aluno. Porém o trabalho com jogos e ludicidade é oposto ao ensino tradicional, que busca a aprendizagem repetitiva e convencional, sendo assim, uma proposta de uma metodologia nova na prática educativa, que permite um trabalho em grupo, satisfatório e prazeroso, que promove a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Os resultados obtidos indicam que é jogando que a criança aprende o valor do grupo como força integradora e o sentido da competição e o da colaboração consciente e espontânea.

**Palavras-chave**: Jogos; Lúdico; Aprendizagem; Educação.

**ABSTRACT**

This work brings important reflections on the influence ofgames and the playful in the process of school learning. Theresearch sought to verify through the reading of works andarticles such as the ludic activity in the teaching process cancontribute to the learning and development of the child. Thisinvestigation brings countless concepts and placements ofseveral recognized au hors, who advocate the ludicity inpedagogical practice as an important and essential factor forthe learner to find space to create, experience, venture andconstruct According to their age range and their needs. Thearticle will explore the Piagetian proposal of childdevelopment in its stages, describes possible implications ofthe playful activity in the learning process, besides exposingthe influence of the game in the development and training ofthe student. However, the work with games and ludicity isopposed to traditional teaching, which seeks repetitive and conventional learning, thus proposing a new methodology inthe educative practice, which allows a satisfactory andpleasurable group work that Promotes child learning anddevelopment. The results indicate that it is playing that thechild learns the value of the group as an integrating forceand the sense of competition and that of the conscious ands pontaneous collaboration.

**Keywords:** Games; Playful; Learning; Education.

**INTRODUÇÃO**

É ponto pacífico que, na Educação Básica, um dos temas que tem merecido a atenção dos estudiosos são as relações entre as brincadeiras e os processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, este trabalho propõe a abordagem de temas relacionados à infância, tida como uma sucessão de etapas, sendo nela que se desenvolvem os sentidos, a afetividade, a linguagem, a motricidade e a inteligência num processo contínuo de interações.

Vale lembrar que tudo isso só é possível quando a criança tem liberdade para brincar, porque é através da brincadeira que ela pode conhecer o mundo, é no “faz de conta” que vivencia a afetividade, a comunicação com os colegas, os conflitos, entende regras e desenvolve “normas” de como irão brincar.

O ato de brincar é o momento em que a criança pode desenvolver sua linguagem, na comunicação com o outro, descobrindo sua riqueza, podendo inventar novas histórias, sonhar acordada, criar um passado e um futuro: *quando eu crescer quero ser*.... ou então brincar que é um médico ou um professor. Nessas brincadeiras, sua personalidade começa a ganhar forma no instante em que se coloca como líder ou como ouvinte.

Trabalhar com o lúdico viabiliza ao professor a valorizar a criatividade do aluno, deixar que crie regras para um bom andamento dos trabalhos, para jogar-se um jogo, para tomar decisões e para desenvolva a autonomia, ajudar o aluno a conhecer-se como pessoa integrante de uma sociedade, e que, como todos, tem papel nela. A forma de expressão é particular e muito própria de cada indivíduo, embora o contexto social tenha um grande peso na sua formação e na maneira adequada de se mostrar e interagir com o mundo que o cerca e, portanto, a relevância do estudo se baseia na crença de que a criança se expressa por intermédio de suas brincadeiras, e nelas elabora seus medos, suas fantasias, suas angústias e o seu mundo interno. A partir da possibilidade de elaboração das brincadeiras, a criança pode elaborar e enfrentar as situações difíceis que vivenciará.

O brincar é um tema complexo além de atividade que interessa a vários segmentos teóricos com suas particularidades dentro de cada cultura. Observa-se o quanto o brincar vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. O próprio ritmo de vida moderna tem alterado as manifestações lúdicas. Essas transformações ocorreram tanto na redução do espaço físico, quanto na redução do espaço temporal.

Por outro lado, a justificativa da realização deste estudo se efetiva pela constatação de que o trabalho lúdico tem como fundamento não apenas brincar, mas o aprender é nas atividades lúdicas que a criança adquire suas capacidades básicas que pode desenvolver-se espontaneamente, ou pode ser reforçada através da ajuda de um mediador, onde irá intervir em situações necessárias auxiliando a criança.

Ao brincar a criança cria ritmos e movimentos, onde ela apropria de seu conhecimento corporal juntamente com o meio em que vive. A Educação Infantil é o acesso aos elementos da cultura onde se acredita ser uma das fases essenciais da aprendizagem, pois é nela que o indivíduo apresenta suas competências, capacidades e habilidades para a interação social e, é possível e necessário estar abertos às transformações do mundo, buscando novas formas de tornar mais eficaz e prazeroso o processo de aprendizagem.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral conhecer a importância da atividade lúcida na vida da criança como meio de facilitador da aprendizagem na Educação Infantil investigando na literatura especializada o enfoque que é dado ao uso da atividade lúcida na aprendizagem.

**A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM POUCO DE HISTÓRIA**

A Educação Infantil ao longo da história percorre vários caminhos, sempre relacionados com a concepção de infância de cada época. O conceito de creche surgiu no Brasil no século XIX, num contexto em que as instituições asilares eram a referência para entidades de atendimento à população e tinham como objetivo “*livrar bebês e crianças pequenas da morte, através de fornecimento de abrigo, alimentação e alguns atendimento sem higiene e saúde, pois entendia-se que famílias de trabalhadores não podiam proporcionar-lhes esses cuidados básicos*” ( KUHLMANN JÚNIOR, 2000).

Desta forma, às creches assistencialistas atribuía-se o compromisso único de compensar aquilo que faltava à criança em sua casa, ainda que com baixa qualidade, pois os objetivos de educação assistencialista eram isolar as crianças dos meios perniciosos, como a rua, e oferecer educação de baixa qualidade, já que as crianças pobres “*deveriam ser preparadas para o futuro que lhes era destinado, de maneira resignada, a uma posição social de submissão*” (KUHLMANN JÚNIOR, 2000) não perdendo a vista o meio em que teriam que viver.

Atualmente, esse modelo assistencialista tem sido muito criticado e combatido, mediante ênfase na missão educativa da creche. Sob a justificativa de que a missão de creche ou pré-escola é educar, muitas instituições tem organizado sua programação em torno de atividades pedagógicas exclusivamente afirmando que lugar de brincar é em casa e não na escola. A dicotomia que tem marcado os projetos para o entendimento infantil em nosso país foi explicada pelo Ministro da Educação Infantil (1998), quando afirmou que o documento “*representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas*”.

Dessa forma, o atendimento à criança de 0 à 5 anos no Brasil há mais de cem anos vem percorrendo um caminho repleto de lutas e conquistas, quase tão diversas quanto a realidade do país. E, embora em mais de um século de história tenhamos assistido a muitas conquistas principalmente na área da Educação Infantil, apenas no final da década de 1980 esse entendimento ganhou espaço e reconhecimento educacional dentro das leis que regem o país, resultado de muitas lutas e representa um enorme avanço para a educação das crianças dessa faixa etária.

A Constituição Federal (1988, artigo 208, inciso IV) determina que o dever do Estado com a educação e especificamente com a Educação Infantil será efetivado mediante a garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 à 6 anos. Mesmo sistemas de ensino pouco se articularam com órgãos ligados à área de assistência social em busca de cumprir a garantia do direito à educação das crianças com até 6 anos de idade.

Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n° 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação. Aparecem, ao longo do texto, diversas referências específicas à educação infantil como no título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art.4°, IV, se afirma que,

o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. Tanto as creches para as crianças de zero à três anos como as pré-escolas, para as de quatro à seis anos, são consideradas como instituições de educação infantil. A distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária (CF, 1988).

Sabe-se que esse atendimento, mesmo dito educacional, esteve sob a responsabilidade das secretarias de desenvolvimento e assistência social e de educação, tanto em âmbito nacional quanto estadual ou municipal por muitos anos e desde seu surgimento até os dias de hoje, os discursos e as práticas que envolviam a educação das crianças evidenciaram um cunho assistencialista de atendimento realizado. Foi somente após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), somada à produção de conhecimento relativa ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças, é que as mudanças efetivas tanto na gestão quanto no discurso e na prática pedagógica, começaram a se evidenciar.

Dessa forma, de acordo com a LDB 9.394/96, a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família.

Assim após a publicação da LDB, a Educação Infantil não só passa a ser considerada como de total responsabilidade dos sistemas de ensino, mas também como a primeira etapa da educação básica e, como complementação, em suas Disposições Transitórias, a Constituição exige que se estabeleçam e se cumpram as regulamentações necessárias em âmbito nacional, estadual e municipal, estabelecendo como prazo final para integração das instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino o ano de 1999.

Outro aspecto importante explicado pela referida lei e que tem implicações diretas para a discussão sobre essa integração foi o estabelecimento da autonomia dos sistemas estaduais e municipais de ensino, bem como das responsabilidades de cada um deles.

Sendo assim, a Educação Infantil passou a ser responsabilidade do sistema municipal, como as colaborações técnicas e financeiras necessárias tanto dos estados quanto da União.

O art. 11 considera que

Os Municípios incumbir-se-ão (...) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal de manutenção e desenvolvimento do ensino. (LDB 9.394/96)

Outras questões importantes para este nível de educação são tratadas da LDB, como as que referem à formação dos profissionais, as relativas à educação especial e à avaliação.

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaborem ou adequem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de educação infantil ofereçam, no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos sócio economicos e culturais; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. (BRASIL, 2006, p.26)

Considerando a grande distância entre o que diz o texto legal e a realidade da educação infantil, a LDB dispõe no título IX, Das Disposições Transitórias, art. 89, que*: “As creches e pré-escolas, existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”*. Considerando seu papel e sua responsabilidade da indução, proposição e avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação e do Desporto propõe, por meio deste documento, um Referencial Circular Nacional para a Educação Infantil.

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação das práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (BRASIL, 1997).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) considera os seguintes princípios educativos:

* Respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
* O direito das crianças de brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
* O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas a expressão, à comunicação, aos afetos, à interação social, aos pensamento, à ética e à prática;
* A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
* O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A estes princípios cabe acrescentar que as crianças têm direito de, antes de tudo, viver experiências prazerosas nas instituições. Considerando e respeitando a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e das diversas propostas curriculares de Educação Infantil existentes, este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. Seu caráter não obrigatório visa a favorecer o diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das instituições, sejam creches, pré-escolas ou nos diversos grupos de formação existentes nos diferentes sistemas.

Nessa perspectiva, o uso deste referencial só tem sentido se traduzir a vontade dos sujeitos envolvidos com a educação das crianças, sejam pais, professores, técnicos e funcionários de incorporá-lo no projeto educativo da instituição ao qual estão ligados.

**A CRIANÇA: EDUCAR, CUIDAR E BRINCAR**

Durante muito tempo, as instituições infantis organizavam o seu espaço e suas rotinas preocupadas somente com a custódia e higiene da criança. Porém, conforme a Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, as características assistencialistas das instituições infantis passaram por mudanças visando “ao desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996).

Modificar esta visão assistencialista significou atentar por várias questões relacionadas com o cuidar e o educar integrada com o brincar.

A indissociabilidade entre o brincar, o cuidar e o educar implica em promover uma ação pedagógica pautada em uma visão integrada acerca do desenvolvimento infantil, respeitando as necessidades de cada criança e fornecendo oportunidades e situações prazerosas para o seu pleno desenvolvimento. Assim, é preciso refletir como educar, cuidar e brincar, na Educação Infantil, pode auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento da criança em relação a si e ao mundo.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI 1998) o educar e o cuidar devem sempre caminhar juntos, considerando as diferenças e a capacidade de cada criança.

Para educar, é necessário que o educador crie situações significativas de aprendizagem, se quiser alcançar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas.

Assim,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (RCNEI, 1998, p. 23)

Porém, as situações de educar remetem também situações de cuidado, auxiliando o desenvolvimento das habilidades e capacidades cognitivas, afetivas, emocionais, sociais, corporais, estéticas e éticas das crianças.

Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (RCNEI, 1998, 24)

Nesse sentido, a discussão sobre a indissociabilidade do educar e o cuidar em creches e pré-escolas é ampla e obtém sempre inúmeras respostas.

Uma pesquisa realizada com quatro educadoras que atuam na educação infantil deixa evidente que o cuidar e educar devem sempre caminhar lado a lado, uma vez que, o brincar jamais deverá ser esquecido. Segundo as educadoras a educação infantil abrange muitos eixos e desta forma o cuidar e o educar são ações precisas.

Um exemplo citado por uma educadora deixa em evidência está indissociabilidade: uma atividade presente na rotina das crianças é a escovação, ou seja, ao mesmo tempo em que as educadoras estão cuidando da higiene das crianças, também estão educando-as, mostrando a elas que os hábitos de higiene é prevenção e saúde. Outro exemplo citado foi um projeto que a educadora desenvolveu sobre a dengue, onde através da conscientizar começando em casa e partindo para a escola fazem de pequenas ações que observadas e seguidas, traz mudanças comportamentais. Assim, o cuidar está no cotidiano da educação infantil e ao ressaltar atitudes práticas o caminho para educar o futuro cidadão consciente de suas ações provoca reações em seu ambiente e principalmente, em sua vida.

Por isso que, para cuidar é preciso de um compromisso singular entre uma pessoa e outra, permitindo a construção de vínculos afetivos entre quem cuida e quem é cuidado. É preciso que o educador ajude a criança a identificar suas necessidades e prioriza-las, assim como atender as suas necessidades específicas de forma adequada, compreendendo as suas singularidades. Isso não significa marcar ou estigmatizar cada criança, mas respeitá-la e valorizá-la para o seu enriquecimento sociocultural e pessoal.

A valorização da afetividade é tão importante quanto aos cuidados básicos para uma vida saudável, sendo que é através do afeto que garantimos a construção e fortalecimento da autoconfiança da criança e assim, ela acaba descobrindo que é capaz de realizar qualquer ação obtendo êxito, respeitando os limites naturais do seu desenvolvimento.

O cuidar e o educar são fundamentais para o desenvolvimento das habilidades das crianças, mas não se pode esquecer da introdução do lúdico na vida escolar das crianças, pois é através da linguagem do brincar que a criança “aprende, exercita suas novas habilidades, percebe (fascinada) coisas novas, dirige medos e angústias, repete sem parar o que gosta, explora e pesquisa o que há de novo ao seu redor” (MALDONADO *apud* UNOPAR, 2007, p. 96).

O brincar não se constitui em atividade sem valor, mas sim é atividade universal que encontrada nas mais variadas sociedades, em diferentes períodos históricos e manifestado em diversas produções culturais.

Através do jogo, da brincadeira ou do brinquedo, podemos observar o comportamento das crianças, as características de sociabilidade que o jogo desenvolve, as atitudes, reações e emoções dos jogadores e os objetos que são utilizados.

Portanto,

Brincar é, sem dúvida, uma forma de aprender, mas é muito mais que isso. Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, compreender-se, confrontar-se, negociar, transformar-se, ser. Na escola, a despeito dos objetivos do professor e de seu controle, a brincadeira não envolve apenas a atividade cognitiva da criança. Envolve a criança toda. É prática social, atividade simbólica, forma de interação com o outro. Acontece no âmago das disputas sociais, implica a constituição do sentido. É criação, desejo, emoção, ação voluntária (FONTANA & CRUZ, 1997, p. 139).

Garantir, na rotina escolar, tempo e espaço para o educar, o cuidar e o brincar é imprescindível na educação infantil, pois somente desta maneira que se favorece o desenvolvimento individual da criança. Não se concebe mais uma educação que divide, parte o ser humano, privilegiando apenas o aspecto cognitivo em prejudicando parte do afetivo e também do social e do motor.

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO: O USO DOS BRINQUEDOS E JOGOS NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Precisamos repensar o processo educacional, onde temos, em nossas mãos, alunos ativos, inquietos e participantes. É preciso que haja mudanças na preparação desses alunos para a vida e não apenas para o mero acúmulo de informações. É preciso conscientizar o trabalho pedagógico para a importância da formação desses alunos como um todo, com sua afetividade, suas percepções, sua expressão, seu sentido, sua crítica, sua criatividade, seu interior. É possível orientar o aluno a ampliar seus referenciais de mundo e a trabalhar com todas as linguagens (escrita, sonora, corporal, dramática, artística, etc.), integrando-o e construindo sua própria visão do universo.

A infância é uma sucessão de etapas, é nela que se desenvolvem os sentidos, a afetividade, a linguagem, a motricidade e a inteligência num processo contínuo de interações. Tudo isso só é possível quando a criança tem liberdade para brincar, porque é através da brincadeira que ela pode conhecer o mundo. Nos jogos do “faz de conta”, a criança vivencia a afetividade, a comunicação com os colegas, os conflitos e, consequentemente, é capaz de entender regras e desenvolver “normas” de como irão brincar.

O brincar e o jogar são atos indispensáveis à saúde física, emocional e intelectual e sempre estiveram presentes em qualquer povo desde os mais remotos tempos. Através deles, a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor.

O lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade. Os jogos, nas suas diversas formas e disciplinas, auxilia no processo ensino-aprendizagem, tanto no desenvolvimento psicomotor, isto é, no desenvolvimento da motricidade fina e ampla, bem como no desenvolvimento de habilidades do pensamento, como a imaginação, a interpretação, a tomada de decisão, a criatividade, o levantamento de hipóteses, a obtenção e organização de dados e a aplicação dos fatos e dos princípios a novas situações que, por sua vez, acontecem quando jogamos, quando obedecemos a regras, quando vivenciamos conflitos numa competição, etc.

O jogo é uma atividade rica e de grande efeito, que corresponde às atividades lúdicas, intelectuais e afetivas. Estimula a vida social, representando, assim, os diferentes papéis assumidos na sociedade, desde as relações de poder (empregado x patrão, pai/mãe x filhos, professor x aluno) até as estruturas de ações comunitárias (nas diferentes profissões, na igreja, no círculo de amigos).

No campo social, os jogos permitem que o grupo se estruture, que as crianças estabeleçam relações de trocas, que aprendam a esperar sua vez, que se acostumem a lidar com regras, conscientizando-se que podem ganhar ou perder. São métodos de ensino que estimulam as habilidades nos processos de construção do conhecimento.

A criança está sempre pronta para brincar. É muito importante o professor, como mediador do processo ensino-aprendizagem, estimular o aluno a brincar, jogar, cantar, dramatizar já que, a brincadeira faz parte da vida dele. Isso o ajudará a tomar decisões, a ser criativo e desembaraçado, a conquistar seu especo junto ao grupo.

No ato de brincar, a criança interpreta diferentes papéis, assumindo responsabilidades e desenvolvendo atitudes de respeito, além de uma disciplina liberal e salutar para a vida em sociedade. As brincadeiras propiciam a superação das etapas do desenvolvimento do ser afetivo. As crianças se aproximam dos companheiros com quem têm afinidades, descobrindo a importância de cultivar amizades.

O professor deve proporcionar ao aluno momentos que além de desenvolvê-lo como um todo proporcione momentos de prazer. Assim através de brincadeiras do lúdico a criança desenvolve seus aspectos motores, psicológicos, sociais e intelectuais de forma prazerosa.

O valor dos jogos pedagógicos é incontestável. Tanto as brincadeiras individuais como grupais favorecem o desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo da criança, constituindo-se num excelente auxiliar no processo de aprendizagem. façamos, pois, muito uso desse valioso recurso.

O ato de brincar é o momento em que a criança pode desenvolver sua linguagem, na comunicação com o outro, descobrindo sua riqueza, podendo inventar novas historias, sonhar acordada, criar um passado e um futuro: quando eu crescer quero ser... ou então brincar que é um médico ou um professor. Nessas brincadeiras, sua personalidade começa a ganhar forma no instante em que se coloca como líder ou como ouvinte. É brincando que a criança entende o mundo e desenvolve seu conhecimento, vamos colocá-la ao nosso lado para que a aprendizagem seja mais prazerosa, tanto para o aluno quanto para o professor.

Praticamente todos os conteúdos poderão ser apresentados em forma de jogos, tornando as aulas atraentes, variadas, dinâmicas e, consequentemente, muito mais produtivas. Há uma grande necessidade de recuperar os jogos do passado, os nossos, os de nossos pais e avós; conhecê-los e trazê-los de volta constitui um material muito importante para o conhecimento e a preservação de nossa cultura.

Assim como outras manifestações da cultura popular de um país, os jogos sofrem constantes transformações por não estarem registrados de forma escrita, por constituírem uma obra de criação coletiva, por serem transmitidos de forma expressiva, verbal ou através de gesto, de uma geração para outra, correndo, inclusive, o risco de desaparecerem. Trazer de volta as brincadeiras tradicionais abre espaço para alguns problemas básicos: os jogos são fortemente interligados à vida dos adultos e às crianças da época em que aconteceram, assim como às condições ecológicas, áreas abertas, praças e ruas em trânsito.

Os jogos e as brincadeiras infantis são atividades prazerosas e essenciais para a criança. Possibilitam revivê-los através de uma adaptação às condições contemporâneas (espaços e materiais diferentes, jogos diversos) e através dos diferentes veículos de comunicação. Os jogos tradicionais podem ser utilizados porque dão prazer à criança; fazem parte da cultura infantil, e utilizá-los é mais uma forma de resgatá-los; podem servir de recursos pedagógicos destinados a diagnosticar necessidades e interesses dos diferentes grupos de crianças e a contribuir para o desenvolvimento da inteligência e de aprendizagens específicas.

A ludicidade possibilita ao educando estimular e revelar aspectos interiores, espontâneos e naturais, fundamentais para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Sendo assim, cabe ao educador administrar o tempo das atividades, não podendo as crianças ficar sem um direcionamento, pois se não houver um direcionamento das atividades, estas podem não contribuir para o desenvolvimento dos participantes. O educador tem a responsabilidade em estar bem informado sobre a pedagogia do brincar em sala de aula, desde que sejam oferecidas atividades lúdicas de alta qualidade, pois ele é o responsável pelo avanço do processo de ensino aprendizagem. Cabe a ele também, desenvolver novas práticas educativas que permitam as crianças um maior aprendizado.

Através do brincar e da brincadeira as crianças descobrem o seu papel na sociedade e seus limites, exploram o mundo e apreendem a realidade em que vivem. As relações entre desenvolvimento e aprendizagem infantil, analisadas mais detalhadamente por Piaget (1974) e Vygotsky (1994), diferentemente resgatam a importância dos brinquedos e jogos na formação da inteligência, cabendo ao educador articular os processos de desenvolvimento e aprendizagem na sala de aula, orientar, mediar, e, ainda propor desafios aos seus alunos, estimulando sempre a curiosidade, a criatividade e a discussão, bem como o raciocínio das crianças.

No brincar, o conhecimento de si mesma, os papéis sociais evidenciados, o envolvimento com os parceiros e a característica prazerosa contida no jogo remetem a criança a um tipo de conhecimento da realidade, permitindo uma apropriação e representação, contribuindo para a construção do conhecimento e da personalidade (SANTOS, 2007, p. 14).

Os jogos podem ajudar desenvolver a psicomotricidade das crianças, quando atuam na confecção de jogos conhecidos ou até na criação de novos jogos. Ela aprende brincando e é o exercício que a faz desenvolver suas potencialidades.

O lúdico é uma ferramenta muito importante, que facilita o trabalho no processo de desenvolvimento do conhecimento. Assim,

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (SANTOS, 2007, p. 12).

Trabalhar com o lúdico viabiliza ao professor valorizar a criatividade do aluno, deixar que crie regras para um bom andamento dos trabalhos, para jogar-se um jogo, para tomar decisões e para que desenvolva a autonomia, ajudar o aluno a conhecer-se como pessoa integrante de uma sociedade, e que, como todos, tem seu papel nela.

Conforme Piaget (1974), a primeira linguagem que a criança compreende é a linguagem do corpo, a linguagem da ação. É através do corpo que a criança interage com o meio. Já Vygotsky (1994), define o brinquedo como algo que preenche necessidades da criança, o que significa entendê-lo como algo que motiva para a ação.

Em toda fase do desenvolvimento, a criança tem desejos que não consegue realizar, deixando-a tensa. Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizáveis (VYGOTSKY, 1994).

A desvalorização do movimento natural e espontâneo da criança, em favor do conhecimento estruturado e formalizado, ignora as dimensões educativas da brincadeira e do jogo como forma rica e poderosa de estimular a atividade construtiva da criança. É urgente e necessário que o professor procure ampliar cada vez mais as vivências da criança com o ambiente, com brinquedos, brincadeiras e outras crianças.

Piaget (1974), diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. As brincadeiras permitem às crianças identificar, classificar, agrupar, ordenar, seriar, simbolizar, combinar e estimular, e, ao mesmo tempo, desenvolvem a atenção, a concentração, melhorando a expressão corporal e a postura.

É através delas que a criança aprende a controlar e avaliar os seus impulsos e, também, adquirir habilidades, conhecer os objetos que manipula: a forma, o tamanho, a textura, a cor, as semelhanças e diferenças, possibilitando o desenvolvimento da criatividade e do "eu" do aluno.

As atividades dirigidas podem sugerir ideias, oferecer oportunidades de as crianças ampliarem sua visão de mundo. As crianças podem, depois, transferir suas descobertas para suas brincadeiras. Reciprocamente, o professor pode observar o conteúdo cultural da brincadeira para desenvolver outras atividades que, desse modo, vão partir dos interesses demonstrados pelas próprias crianças.

Quando nos referimos ao lúdico não estamos apenas considerando o jogo pelo jogo ou como brincadeira qualquer, mas falamos de atividades que assegurem à criança o direito de ser criança e ser feliz, o direito de ter um aprendizado significativo, prazeroso, extensão de seu próprio mundo, num desafio constante em busca do interminável (ALMEIDA, 1985, p. 34).

O professor também deve gostar do que faz, saber justificar a utilização do lúdico, seus objetivos; ter um planejamento detalhado, preparar seus alunos para os jogos, inventar, recriar situações, encorajar-se para pesquisa e a realização de cursos. Ele deve atentar também para a qualidade das brincadeiras e dos jogos propostos, no sentido de que, não é qualquer brincadeira ou atividade que promoverá o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e psicológicas dos alunos.

É necessário que ele tenha conhecimento das fases de desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo deles, para que sua ação seja coerente; que tenha intencionalidade, clareza do porquê da utilização de jogos e brincadeiras no ambiente escolar, e que aproveite as oportunidades que surgem durante as atividades lúdicas, estimulando o questionamento, o posicionamento crítico, o desequilíbrio cognitivo, visto que são os desequilíbrios que proporcionam o desenvolvimento do indivíduo, porque provocam um movimento endógeno de reestruturação, o qual é denominado reequilibração - reorganização de suas estruturas em função de uma situação nova que confronta as estruturas já construídas.

O crescimento da criança também passa pelo desenvolvimento da reversibilidade, o ir e vir do pensamento, o rompimento com a unidirecionalidade, o pensar em ambas as direções, que ocorrerá através da escolha consciente de brincadeiras e jogos que estimulem esse raciocínio.

Assim, cabe à escola tomar o lúdico um ingrediente importante para a educação, pois o seu resgate em sala de aula “não significa indisciplina, muito pelo contrário. O verdadeiro jogo cria ordem. Uma ordem muito mais eficaz porque aceita pelo grupo e elaborada conjuntamente. Trata-se de reconstruir, não de abolir” (WARSCHAUER, 1993, p.33).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a realização dos estudos e das pesquisas feitas em acervos literários e eletrônicos chegou-se a conclusão que a atividade lúdica durante todo o processo de alfabetização deve ser encarada com seriedade e precisão.

Através do ato de brincar, a criança é capaz de adquirir experiências e desenvolvendo seus conceitos sobre o mundo que a cerca. Nas primeiras fases do crescimento a educação possui uma importante carga afetiva, a criança está mais curiosa, tudo ao seu redor é fascinante e lhe proporcionará uma experiência nova. Brincar proporciona uma relação de afetividade, confiança e amizade.

Alguns autores referem que, através do lúdico a criança aprende a realidade e conhece o mundo adulto. Outros dizem que é uma atividade exploratória que facilita a elaboração de ansiedade e conflitos, ajudando a organizar noções corporais e espaço e tempo. O brincar é a uma forma lúdica de poder ajudas as crianças a descobrir a si mesma, fortalecendo a relação com o outro, criando um vínculo emocional promovendo assim, a socialização e estimulando a criatividade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A indissociabilidade entre educar, cuidar e brincar. Disponível em: www.natal.rn.gov.br/sme/paginas/File/concursos/arquivo5.pdf. Acesso em: 27/04/2009.

ALMEIDA. Paulo Nunes de. A ciência e a arte da alfabetização. São Paulo: Saraiva, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. 1. vol. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. São Paulo: Impressa Oficial do Estado, 1988.

BROUGÈRE, Grilles. É brincadeira: jogos e materiais ajudam crianças pequenas a crescer. In: Mãe Educando. n° 250. abr./ 1995.

FERNANDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada: abordada psicopedagogia. Clínica da criança e sua família. Porto alegre: Artes Médicas, 2001.

FERREIRA, Idalina L.; CALDAS, Sarah P.S. Atividades na pré-escola. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

FERREIRA, Nilda Neves. Cidadania: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. Psicologia e trabalho pedagógico. São

Paulo: Atual, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Rose Marie; MARQUES, Lílian. Jogos e Passeios Infantis. São Paulo: Kuarup,

1989.

HUIZINGA, Johan, Home ludens: a brincadeira como elemento da cultura. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

KISHIMOTO, Tizuko. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

KUBLMANN JR, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto

Alegre: Mediação, 1998. p.8.

OLIVEIRA, Edina Castro de. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra 1999.

PIAGET, Jean. Aprendizagem e Conhecimento. São Paulo: Freitas Bastos, 1974.

SANTOS, Marli dos Santos (org). **O lúdico na formação de educador**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

SAVIANI, Demeral. Escola e democracia. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

UNOPAR. Universidade Norte do Paraná. Curso de Pedagogia: módulo 3. Londrina: UNOPAR, 2007.

VYGOTSKY, Liev S. [organizadores Michael Cole...[et al.]; tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Mena Barreto, Solange Castro Aleche.- 5ª ed.]. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

WAJOSKOP, G. O brincar na Educação Infantil. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chargas, nº. 92, p. 62-69, 1995.

WARSCHAUER, Cecília. A roda e o registro. São Paulo: Paz e Terra, 1993.